

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas 2 [recurso eletrônico] /
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-312-5
DOI 10.22533/at.ed.125202008

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o diálogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO	
Gabriel Luiz dos Santos Maria Celina Pedroso Alves Yuri de Lira Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.1252020081	
CAPÍTULO 2	16
A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO	
Bruno de Caldas Martins Alessandro Henrique Cavichia Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1252020082	
CAPÍTULO 3	28
ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS	
Valéria Nogueira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1252020083	
CAPÍTULO 4	40
AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA	
Marcus Mareano	
DOI 10.22533/at.ed.1252020084	
CAPÍTULO 5	49
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	
Adrielle Cristina Rodrigues Lucia Helena Vendrusculo Possari	
DOI 10.22533/at.ed.1252020085	
CAPÍTULO 6	53
CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Juliana Moraes da Silva Souza Erbenia Lourenço de Oliveira Heverton Felinto Pedrosa de Melo	

Marucelle de Alcântara Bonifácio

DOI 10.22533/at.ed.1252020086

CAPÍTULO 7.....74

CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU

Jéssica Maciel de Souza

Tania Milene Nugoli Moraes

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

DOI 10.22533/at.ed.1252020087

CAPÍTULO 8.....85

COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II

Tamires Regina Rocha

Alan da Silva Vinhaes

DOI 10.22533/at.ed.1252020088

CAPÍTULO 9.....97

DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.1252020089

CAPÍTULO 10.....106

FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS

Jennifer Paola Pisso Concha

Mário Cezar Silva Leite

DOI 10.22533/at.ed.12520200810

CAPÍTULO 11.....111

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES

Heverton Felinto Pedrosa de Melo

Marucelle de Alcântara Bonifácio

Juliana Moraes da Silva Souza

Erbenia Lourenço de Oliveira

Mariéli Barbosa Cândido

DOI 10.22533/at.ed.12520200811

CAPÍTULO 12.....	123
ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO	
Adelmo Santos da Silva Vanessa da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200812	
CAPÍTULO 13.....	132
FAZENDA GUATAPARÁ:O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Denise Cristina Rosario Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200813	
CAPÍTULO 14.....	145
MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.12520200814	
CAPÍTULO 15.....	154
O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DECADA DE SESSENTA	
Terezinha do Socorro da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.12520200815	
CAPÍTULO 16.....	173
O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP	
Alan da Silva Vinhaes Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.12520200816	
CAPÍTULO 17.....	185
SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL	
Matheus da Silva Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.12520200817	

CAPÍTULO 18.....194

UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS

Terezinha do Socorro da Silva Lima

Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança

DOI 10.22533/at.ed.12520200818

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....209

ÍNDICE REMISSIVO.....210

CAPÍTULO 13

FAZENDA GUATAPARÁ: O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de aceite: 01/08/2020

Denise Cristina Rosario Vieira
(UNIARA)

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória da imigração japonesa entre os anos de 1908 a 1923 na Fazenda Guatapará, fazenda cafeeira do oeste paulista no início do século XIX, município de Ribeirão Preto/SP. Para tanto, foi utilizado como método para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, através do estudo levantado no referencial teórico sobre a imigração japonesa no Estado de São Paulo nas grandes fazendas do Oeste Paulista. A partir da análise dos dados, foi possível observar a importância da imigração japonesa para a história da região, em relação à cultura, ao turismo, a agricultura e culinária. A marca da influência japonesa permanece até os dias atuais, o que comprova a sua relevância para a comunidade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Fazenda Guatapará, imigração japonesa, Estado de São Paulo.

ABSTRACT: The objective of this article is to present the trajectory of Japanese immigration between the years 1908 to 1923 in Fazenda Guatapará, a coffee farm in western São Paulo at the beginning of the 19th century, in Ribeirão Preto / SP. For that, a bibliographical research was used as a method for collecting data, through a study based on the theoretical framework on Japanese immigration in the State of. From the analysis of the data, it was possible to observe the importance of Japanese immigration to the history of the

region, in relation to culture, tourism, agriculture and cooking. The mark of Japanese influence remains to this day, which proves its relevance to the current community.

KEYWORDS: Guatapará farm, Japanese immigration, State of São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado com a abordagem de como a imigração japonesa que no ano de 2018 completou 110 anos, contribuiu para a formação da identidade brasileira, teve fundamental importância no processo de formação dos municípios mais jovens do Estado de São Paulo, como é o caso de Guatapará/SP.

O objetivo desse artigo é apresentar informações e registros das memórias da imigração japonesa no município de Guatapará, através do estudo e análise do desenvolvimento territorial, da propriedade agrícola fundada por Martinho da Silva Prado, a Fazenda Guatapará, tornando-se distrito de Ribeirão Preto em 1938 e somente em 1992 sendo oficializada a sua emancipação político-administrativa.

A pesquisa teve como metodologia a revisão de literatura com pesquisadores da imigração japonesa, trabalhadores japoneses na cafeicultura, sobre o cooperativismo, e fluxos migratórios durante as duas grandes Guerras Mundiais, assim como as primeiras pesquisas e levantamentos históricos e memórias sobre a Fazenda Guatapará. Dados coletados nas associações japonesas da região de Ribeirão Preto e buscas de dados e

mapas nos principais museus de imigração do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

2 | A IMIGRAÇÃO JAPONESA NA FAZENDA GUATAPARÁ DE 1908 A 1923

Em abril de 1908, partiram do porto de Kobe no Japão, 781 pessoas com destino ao Brasil com o sonho da prosperidade nas lavouras de café do interior de São Paulo. O responsável pela organização deste novo empreendimento foi Ryo Mizuno, considerado pelos japoneses o “Pai da Imigração Japonesa” no Brasil (HOMMA, 2016)

Em 1868, o governo japonês iniciou uma série de reformas (a restauração Meiji) que visava a modernização e a inserção do país na economia mundial e uma das medidas tomadas foi o incentivo à emigração. Em 1895, é firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países, porém, sem nenhuma menção quanto à vinda de imigrantes. O Brasil só vai se interessar pela mão de obra japonesa em 1902, quando o governo italiano restringe a vinda de novos imigrantes através do Decreto Prinetti (LEVI, 1974). O incentivo à emigração foi uma das soluções encontradas pelo governo japonês para diminuir a miséria e o alto índice de desemprego que se registrava no país na época, fruto da própria restauração Meiji (NOGUEIRA, 1973).

No século XIX, a economia do Brasil era agrícola e extremamente dependente da monocultura cafeeira. A cultura do café, por sua vez, dependia totalmente da mão-de-obra de escravos negros.

Não bastava, entretanto, trocar um tipo de imigrante por outro. No século XIX, os brancos cristãos tinham um forte preconceito contra todo o resto da humanidade, e no Brasil os asiáticos eram tidos como “negros amarelos”. Em 1880, Oliveira Martins, escritor e político português, chegou a publicar argumentos contra a imigração asiática afirmando que ‘a perigosa tentação de ir buscar braços a outro viveiro de raças inferiores prolíficas embriaga muitos espíritos’, e concluía com ‘um Brasil europeu e não asiático, uma nação e não uma colônia, eis aí o seguro porvir da Antiga América portuguesa’ (HAKKOSHA). Entre julho e agosto de 1892, o jornal Correio Paulistano publicou artigos de Francisco Cepeda que se referia aos asiáticos com expressões como “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão”, e que “o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora”. (PRADO, 1944)

Em suma, imigrantes japoneses não eram desejados no Brasil. Porém é fato universal que quando se há necessidade de trabalhadores, governos e contratadores tornam-se mais convenientes e menos exigentes. Assim, embora desde 1880 já se cogitasse no Brasil a vinda de imigrantes japoneses, nenhuma ação concreta foi realizada neste sentido até 5 de novembro de 1895, quando Brasil e Japão assinaram um tratado pelo qual ambos os países passaram a desenvolver relações diplomáticas, e mesmo contrariando a opinião pública brasileira, abriram-se negociações para a vinda de imigrantes japoneses, que chegaria às vias de fato só a partir de 1908.

Em 18 de junho de 1908, chega ao Porto de Santos o vapor Kasato Maru com 164 famílias e 40 avulsos (NOGUEIRA, 1973) a bordo contratados para trabalhar na lavoura de café. Destinavam-se, na sua maioria, às fazendas de café no interior do Estado de São

Paulo, principalmente nas fazendas ao longo das estradas de ferro Mogiana, Paulista e Sorocabana. Segundo Arlinda Rocha Nogueira (1973), esse foi o principal destino das dez primeiras levas de imigrantes que chegaram ao Brasil no início do século XX.

As famílias e avulsos foram encaminhados um dia após a chegada, por conta da inspeção sanitária antes de saírem do navio, à Hospedaria dos Imigrantes onde permaneceriam até serem encaminhados às fazendas contratantes. Foram recepcionados por seu diretor e funcionários e 5 intérpretes que já haviam chegado a São Paulo em viagem anterior: Massaru Mine, Motonao Ohno, Umpei Hirano, Junnosuke Kato e Nakashi Nihei. (HANDA, 1987)

Apesar de um certo grau de participação de governos no estabelecimento de regras para enviar e receber imigrantes, o agenciamento dessa mão-de-obra era essencialmente um negócio feito por empresas privadas lá e cá, e a quantidade de empresas que existiam indica que a imigração era um negócio atraente e lucrativo. Para atrair o maior número de pessoas possível, as agências investiam em propagandas que nem sempre correspondiam à realidade. No caso do Brasil – país totalmente desconhecido e exótico para os japoneses – informações atraentes eram superavaliadas. O café era descrito como “a árvore que dá ouro”, e a produtividade da planta seria tamanha que os galhos envergavam com o peso dos frutos, e que bastava facilmente colhê-los com as mãos. Se tudo corresse do modo que as agências divulgavam, em um mês uma família com três membros trabalhando no cafezal receberiam o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes) (HANDA, 1987)

O grupo de pioneiros que chegou ao Brasil em 1908 no **Kasato Maru** foi distribuído em 6 fazendas de café no interior de São Paulo. De imediato todas as expectativas positivas dos imigrantes, e até mesmo dos representantes das empresas que intermediavam a vinda de imigrantes, foram desmanteladas pela realidade do território brasileiros.

No dia 28 de junho as famílias de origem de Kagoshima, Kochi e Niigata, com seu designado intérprete Umpei Hirano desembarcam na Estação Ferroviária da Mogiana em Ribeirão Preto e de lá, são encaminhados para a Fazenda Guatapará pelo ramal ferroviário da mesma companhia. (HANDA, 1987).

De 1908 a 1922, foram 42 levas de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil e dessas levas, 1112 orientais passaram pela fazenda em busca de riqueza para logo retornar ao seu país de origem, por conta da crise na agricultura com a Era Meiji e a industrialização do Japão. A maioria desses imigrantes eram agricultores que estavam prestes a perder suas propriedades no Japão por causa da sobretaxação de impostos de suas propriedades. (NOGUEIRA, 1973).

As estações de Guatapará e Martinho Prado pertenciam à companhia Paulista de Estradas de Ferro, as de Canaã e Dumont à Mogiana, que se achavam próximas a Ribeirão Preto, formando a região da Alta Mogiana. (ROSARIO, 1998).

As atividades dos imigrantes japoneses em fazendas de café desenvolveram-se por longo tempo, fazendo com que se instalasse em Ribeirão Preto, mais tarde, a sede do consulado japonês e o escritório da companhia de emigração, que tinham por objetivo atender ao imigrante japonês. A região de Ribeirão Preto, e principalmente a Fazenda Guatapará são de suma importância para a história da imigração japonesa, pois nela teve

início a labuta dos imigrantes vindos ao Brasil. (HANDA, 1987).

Umpei Hirano, figura importante na história da imigração se tornou o braço direito do gerente de origem italiana, conhecido como José Sartorio, daquele imenso “mar verde” como os japoneses viam a propriedade. Tão logo, pela facilidade com que liderava as famílias de origem nipônica foi promovido a subgerente e passou a cuidar de outros interesses além da liderança das famílias de origem nipônica. (DAIGO, 1988).

A Fazenda Guatapar possuía aproximadamente 2 milhões de ps de café, a plantação apresentou-se aos olhos dos japoneses como um verde e extenso mar. As imensas ondas imóveis abrigavam as telhas de cor ocre da estação e do edifício da sede da fazenda, como pequenas formações rochosas perdidas em seu vasto seio (DAIGO, 1988: 20)

Muitas das fazendas de café vizinhas tiveram grande debandada de imigrantes, algumas por maus tratos de seus fiscais, outras pela desilusão com o descontentamento e a propaganda enganosa ao qual se submeteram. Toda promessa de enriquecimento foi por água abaixo e duas opções vinham ao pensamento destas famílias que muitas vezes foram formadas por pessoas desconhecidas que se uniram para atender aos requisitos de imigração, ou seja, para vir para o Brasil, alguns requisitos tinham que ser atendidos, como por exemplo ser agricultor e constituir família.

Na descrição de Daigo (1988), sobre a chegada e a recepção dos imigrantes pode-se ter uma noção de como era a estrutura disposta aos imigrantes da fazenda. Aos imigrantes foi servido um jantar  brasileira com muita banha de porco o que era muito diferente do que os japoneses estavam acostumados. Logo que terminaram o jantar foram levados com carros de boi até às suas novas moradias

(DAIGO,1988:23) relata com detalhes:

Já na manhã seguinte, Umpei começara o dia atarefadssimo. Mesmo que, mais tarde, voltassem a adotar o modo de vida japonês, naquele momento era necessário copiar urgentemente a maneira como viviam os colonos da fazenda. Seria o modo mais rápido de se adaptarem àquela vida. Instruiu os imigrantes sobre o que fazer com mais urgência, informando-se a respeito do que julgava prioritário, com o capataz posto  sua disposição pelo gerente Sartório. Comprar fiado, no barracão da fazenda, gneros alimentícios e objetos de uso diário. Confeccionar camas com as árvores que cada um devia abater no bosque. Fazer o colchão, com a palha do milho armazenada no depósito. Montar o fogão nas casas onde os antigos moradores não houvessem deixado um. Recolher lenha, para as necessidades de alguns dias, pelo menos, e muitas outras coisas.

Houve algumas manifestações de descontentamento a respeito do estado precário das casas das colnias, mas Hirano ponderava que não adiantaria, por hora, fazer queixas a respeito das condições encontradas. Como primeira providência prática, ele fez com que todas as famílias adquirissem, também, no armazém da fazenda, os instrumentos agrícolas necessários ao serviço do cafezal. Somente a parte metlica da enxada e do machado eram vendidas, ficando o cabo por conta de cada um. Foram instruídos de que, em vez de utilizar galhos ou troncos já secos, deviam busc-los diretamente no mato, uma vez que os verdes ofereciam mais flexibilidade e conseqüente facilidade de manejo. O comprimento e a inclinação do cabo da enxada, por exemplo, deviam ser ajustados à altura da pessoa

que iria usá-la. O intérprete incentivou o pessoal a adiantar o trabalho. Ao mesmo tempo adquiria, sempre auxiliado pelos gestos, mais informações do capataz, sobre o que era mais importante, tanto para o serviço como para o modo de vida ao qual teriam que se adaptar.

Era possível observar as jovens imigrantes italianas que tinham na cabeça um lenço vermelho. Os espanhóis e russos, de algum modo, também deixavam transparecer o estilo de vestir de sua pátria. Por sua vez, as recém-chegadas japonesas traziam uma toalha branca na cabeça ao estilo *anesan kaburi*, *lenço amarrado na cabeça* enquanto os homens usavam boné, chapéu de palha, enfim, aquilo de que dispunham para se proteger. Um lote delimitado por quatro estradas formava uma unidade de plantio, cada uma com cinco mil pés de café. Cada família deveria cuidar, diariamente, de duas ou três fileiras do lote. Posicionados sempre nas extremidades, os colonos deveriam iniciar a derrigagem, todos ao mesmo tempo.

Em outra ocasião, que é relatada tanto por Daigo (1988) quanto Rocha (1973) foi o episódio sobre a solicitação de que o pagamento aos imigrantes japoneses fosse em dinheiro e não mais em vale que era aceito somente no armazém da própria fazenda que eram aos olhos de todos os imigrantes abusivo. Hirano em reunião com Sartório, conseguiu convencê-lo de que a melhor forma de pagamento naquele momento era em dinheiro, assim poderia ir até o armazém na Vila Guatapará, próximo ao porto no Rio Mogi Guaçu, onde mais tarde passaria a sediar o distrito de mesmo nome, conseguindo assim comprar produtos de consumo a preços de atacado e distribuindo às famílias japonesas.

Entre os pioneiros, Hirano foi o primeiro a se destacar. Pouco depois que iniciou seu trabalho como intérprete na Fazenda Guatapará, distúrbios começaram a ocorrer em fazendas para onde os imigrantes japoneses foram distribuídos, e por pouco a própria Fazenda Guatapará não foi atingida. Mas o líder conseguiu controlar a situação, essa proeza foi levada ao conhecimento do governo estadual, que estava atento a resultados da primeira imigração de japoneses.

O contrato firmado com a fazenda mencionava claramente que o salário seria pago trimestralmente, e a administração estava isenta de qualquer obrigação de conceder empréstimo antecipado de um montante tão grande como 500 mil réis. Havia sido canalizado para a administração da fazenda todo o descontentamento acumulado pelas pessoas que, iludidas por uma propaganda exagerada no Japão, foram trazidas, a um alto custo, para um lugar onde nada ganhavam. Mesmo que se quisesse repreendê-las por uma atitude tão descabida, não havia outro interlocutor, além dele para apelarem (DAIGO, 1988).

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas à cultura da mandioca, conhecidas como "*Mombuca*", pelos canaviais e pelas destilarias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Hirano, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinquenta pessoas. Trabalhando lado a lado com essas pessoas, efetuava diariamente um giro a cavalo pelo cafezal inteiro. Essa ronda significava, na verdade, uma trabalhosa inspeção dos 2 milhões de pés de café. Fizesse sol ou chuva, ele não deixava de cumprir a tarefa que se impusera (DAIGO, 1988, p. 65).

A Fazenda Guatapará continuou a absorver imigrantes japoneses das sucessivas

levas: segunda, terceira, quarta, quinta... Com o decorrer dos anos, o número de japoneses que ali trabalhava aumentara consideravelmente. Parecia até um pequeno império, tendo como figura central Umpei Hirano. Foram tomadas algumas medidas importantes para o grupo. A parede divisória de duas casas geminadas foi derrubada, para que o local fosse transformado em um templo budista. Apesar da ausência de um monge, decidiram denominá-lo de Nishi Hongaji e todas as cerimônias religiosas, como bodas ou funerais, passaram a ser celebradas nesse recinto. Instalou-se também uma escola de língua japonesa. Ao mesmo tempo, ficou estabelecido que os jovens, obrigatoriamente, deveriam frequentar o curso noturno da escola brasileira. Hirano já era um membro conhecido e respeitado mesmo no seio da sociedade japonesa, fora do âmbito da fazenda. Quando políticos e jornalistas vinham do Japão, uma visita à Fazenda Guatapará tornara-se parte do roteiro obrigatório. Alguns colegas mais jovens da Escola de Estudos Estrangeiros, como Seijiro Hatanaka ou Masakichi Kitamura, também ali acorreram, buscando o seu apoio e a sua orientação, juntaram-se a eles Kikohei Shimba, seu irmão de sangue. (DAIGO, 1988)

Na época em que havia concentração de trabalho na fazenda, Hirano chegava a comandar 1.500 pessoas, entre brasileiros e japoneses. O seu corpo, de estatura pequena, irradiava autoconfiança e energia. Em qualquer lugar para onde fosse, era conhecido como “Hirano de Guatapará”.

O japonês, segundo Nogueira (1973), entrou nas fazendas em contato com colonos de diferentes procedências como italianos, portugueses, espanhóis, entre outros. Essa aproximação acredita-se, não provocou muitos problemas pois, dentre os informantes, somente Joaquim Ribeiro escrevendo em 28 de fevereiro de 1911, faz referência ao fato, declarando que ‘encontram de parte dos colonos europeus grande má vontade para com eles (japoneses), do que resulta sempre a estabilidade.’ Considerava-os, porém, fracos nos demais serviços. Como a maioria que sentira o problema, reputava a diferença do idioma como principal entrave, já que as dificuldades nos entendimentos e ajustes verbais entre as partes motivaram muitas vezes o abandono da lavoura.

Quanto à de Guatapará, era a que possuía maior extensão de terras (6.300 alqueires), tinha a seu serviço aproximadamente 300 famílias das quais 60 eram japonesas, num total de 200 pessoas que, segundo o relator, estavam todas satisfeitas. Uma delas, vinda na segunda leva, conseguira ganhar em julho do ano anterior e maio daquele ano 1:399\$000, tiradas as despesas de 448\$000, ficara com um lucro de 950\$000. (NOGUEIRA, 1973)

O consulado japonês declarava-se satisfeito com os resultados, pois não houvera fugas e conflitos como no início da imigração e os imigrantes estavam contentes. Sugeriu que, se fossem enviados novos imigrantes para as outras fazendas, deveriam ser escolhidos alguns membros da primeira e segunda leva que, além de servirem de intérpretes, fiscalizariam e orientariam os recém-chegados, servindo enfim de intermediários entre patrões e novos imigrantes. Todavia, acusava os imigrantes de não tomarem certos cuidados, exemplificando com o ocorrido na propriedade, onde houvera 10 mortes causadas por malária. Segundo relator, nos riachos da fazenda havia peixes, muitos japoneses, apesar da proibição dos fiscais, iam pescar aos domingos, quando então, contraíam o mal. Dizia textualmente: “já em fase de recuperação, alguns chupavam laranjas não maduras ou outras frutas, bebiam água em excesso” o que provocava distúrbios do aparelho digestivo que levavam muitos à morte. Outro problema, dizia, era o consumo exagerado

de açúcar por parte dos imigrantes o que também era nefasto para a saúde. Por outro lado, o fato de não saberem cozinhar à maneira brasileira, estando muito presos ainda à cozinha japonesa, levava-os a se alimentarem mal, o que refletia diretamente na saúde. (NOGUEIRA, 1973:126)

Pela análise de todos esses informes percebe-se quão complexo era o problema: os imigrantes não se fixavam com facilidade; muitos não conheciam os trabalhadores agrícolas; a constituição das famílias não era normal, queixavam-se os fazendeiros. Entretanto, como em toda regra há exceção, havia os que reconheciam o valor do imigrante japonês na lavoura e eram mesmo favoráveis ao incremento de sua introdução no Estado. Em geral, todavia, os fazendeiros se mostravam satisfeitos com o trabalho dos japoneses no que diz respeito à colheita do café nas árvores.

Em carta ao Ministro das Relações Exteriores do Japão, datada de 21 de agosto de 1911, o Representante Geral da Legação do Japão no Brasil, Tochiro Fujita, comentava que na Fazenda Guataparã haviam sido dadas condições especiais aos imigrantes japoneses para evitar insatisfações, tendo sido nomeado como vice-administrador um japonês para facilitar as relações entre os imigrantes e a administração da propriedade, mas dados os conflitos existentes nas próprias famílias não fora possível obter ali sucesso com os japoneses. Daí aconselhar que houvesse um maior cuidado com a escolha das famílias. É verdade que dos imigrantes ali colocados, quando da chegada da segunda leva, dezenas haviam sido atacados de malária, tendo sido os cafezais descuidados, o que dera um aspecto de abandono. A situação sanitária precária, resultara na morte de 20 imigrantes. Além dessas condições de saúde, outro fator importante é o da formação artificial das famílias: 2/3 do total. Ora a idade dos filhos adotivos era em geral quase igual à dos pais e mesmo considerando que a relação familiar existia apenas no papel, constituía-se em fator desagregador e de discórdia. Ou melhor: os ordenados eram pagos por família e a elas cabia dividir a porção recebida. No caso das famílias compostas enquanto tudo corria bem, a divisão não trazia maiores problemas. Mas, quando nasciam filhos do casal real, o elemento agregado muitas vezes se revoltava com a mudança na divisão do dinheiro. Em caso de doença, a artificialidade dos laços familiares levava a conflitos. A carta que traz estes informes não tem data, nem assinatura, mas em certo trecho deixa perceber que é de autoria do intérprete Hirano.

Em junho de 1910, a segunda leva de imigrantes, com 906 pessoas e outros três viajantes livres, chega ao porto de Santos (SP) no navio Ryojun-Marú, no dia 28, conduzido por Ryo Mizuno. Eles são chamados de “Primeiros Imigrantes Takemura”. No Japão, após o envio da primeira leva de imigrantes colonos ao Brasil, a Companhia Imperial de Emigração, sem recursos para promover o envio das novas levas, transferiu a responsabilidade à Comercial Colonizadora Takemura, que viabilizou o segundo envio, passando a concorrer posteriormente com a Toyô Imin Kaisha (HANDA, 1987).

Dos 906 japoneses que entraram no Brasil, 59 famílias totalizando 224 pessoas foram direcionados à Fazenda Guataparã segundo levantamento feito por Nogueira (1973). Na Fazenda São Martinho, também de propriedade dos Prado, adentraram 34 famílias, somando 103 pessoas para repor a quantidade de revoltosos e reincidentes de contrato da primeira leva.

Um dado relevante para efeito de comparação, as fazendas Canaã e Dumont

também receberam grande número de imigrantes da primeira leva, sendo 155 pessoas na primeira e, 210 na segunda, mas nas duas foram registrados vários incidentes de fuga e revolta devido à insatisfação com os intérpretes que não os representava de maneira efetiva, à propaganda enganosa, a postura de fiscais de lavoura e ao posicionamento dos fazendeiros. Já na segunda leva, nenhuma das duas fazendas recebeu imigrantes japoneses, provavelmente um reflexo dos relatórios e visitas de Tochiro Fujita.

Ano	Fazenda Guatapará	Fazenda São Martinho	Fazenda Canaã	Fazenda Dumont
1908	90	99	155	210
1910	224	103	0	0
1912	584	121	195	0
1913	388	388	97	0
1914	24	0	0	0
1917	120	60	0	0
1918	100	440	0	0
1919	69	0	0	0
1920	5	0	0	0
1921	17	0	0	0
1922	0	0	0	0
1923	3	0	0	0

Quadro 1 - Número de imigrantes japoneses distribuídos nas principais fazendas da Mogiana 1908 - 1923

Fonte: Nogueira (1973)

Em abril de 1912, o navio Itsukushima-maru aporta em Santos (SP) trazendo a terceira leva de imigrantes japoneses “Segundos Imigrantes Takemura”, com 1.432 pessoas, das quais 99 famílias, totalizando 413 indivíduos adentram a Fazenda Guatapará (Quadro 1)

Ainda em 1912, chega a quarta leva de imigrantes japoneses em Santos no navio Kanagawa-maru com 1.412 pessoas. Algumas pessoas dizem que este navio foi o Wakasamaru. Eles ficaram conhecidos como “Primeiros Imigrantes Toyo”, pela Companhia Oriental de Emigração (*Toyo Imin-gaisha*), que também firmara com o governo do estado de São Paulo um contrato de remessa de emigrantes, sem haver qualquer relação com a Sociedade Colonizadora Takemura. A mesma companhia tentara, sem sucesso, fazer uma remessa de emigrantes ao Brasil em 1897. Dessa vez o número de imigrantes distribuídos foi de 70 famílias (171 pessoas) na Fazenda Guatapará, 30 famílias (121 pessoas) na Fazenda São Martinho e 52 famílias (192 pessoas) na Fazenda Canaã (Nogueira, 1973).

Em maio de 1913, chega a quinta leva. O navio Dai-ni Unkai-maru chega a Santos (SP) trazendo 1.506 japoneses “Terceiros Imigrantes Takemura”. Desta vez, somente duas pessoas são distribuídas na Guatapará, em compensação a São Martinho recebe 204 pessoas e a Canaã recebe 97 pessoas. No mesmo ano, chega a sexta leva no

Wakasa-maru que aporta em Santos trazendo 1.588 pessoas “Segundos Imigrantes Toyo”, direcionando 384 pessoas para a Guatapar e 4 pessoas para a São Martinho. Ainda no mesmo ano, chega a sétima leva, com 2 pessoas direcionadas para Guatapar e 180 para a São Martinho.

Em março 1914, o governo do estado de São Paulo comunica a suspensão do subsídio de despesas de viagem de imigrantes japoneses a partir do ano seguinte. Em abril do mesmo ano o navio Wakasa-maru chega a Santos (SP) trazendo mais uma leva de imigrantes com 1.688 pessoas “Quartos Imigrantes Toyo” e desse número, 24 pessoas vão para a lavoura da Fazenda Guatapar.

A Fazenda Guatapar recebeu, ao todo, 1624 pessoas nas 42 levadas de imigrantes japoneses que trouxeram mão de obra para a lavoura de café, a São Martinho recebeu um total de 1225 pessoas, a Fazenda Canaã, 447 e a Dumont 210, ou seja, a Fazenda Guatapar recebeu entre 1908 e 1923 o maior número de imigrantes japoneses dentre as fazendas cafeeiras do Estado de São Paulo. Pela análise da tabela de levadas e número de pessoas distribuídas, podemos verificar que há uma reposio no número de pessoas devido a mortes pela malária e outras moléstias, possíveis fugas e a finalizao de contratos e partida para fundao de novos núcleos coloniais, como é o caso da Colônia Hirano em Cafelândia, Colônia Tóquio em Motuca.

3 | AS COLNIAS JAPONESAS DO PERÍODO PÓS-GUERRA

A Promotora da Emigrao para o Ultramar S/A foi criada em 27 de setembro de 1955 (Lei N.é 139 de 5 de agosto de 1955) com o objetivo de adquirir terras no exterior e construir uma colônia, utilizando o empréstimo concedido por um banco norte-americano, e fazer a partilha das terras entre imigrantes colonos por conta própria. O rgo responsável pela construo das colnias e pela liderança na administrao das propriedades ficou conhecido como JAMIC (Colonizao e Imigrao Japonesa Ltd.[]) e órgão responsável pelos empréstimos feitos aos imigrantes ficou conhecido como JEMIS (Empréstimos e Investimentos Ltda) (100 anos da Imigrao Japonesa, 2008).

A GAI IJYU JIGYO DAN (Serviço de Emigrao do Japão), rgo de serviço  emigrao do Ministério das Relaoes Exteriores do Japão, objetivava estreitar laços e colaborar com vários países, e o faz abrindo agências e sucursais no exterior. Em julho de 1964, foram estabelecidos escritórios do serviço de emigrao em cada prefeitura e distritos do Japão, servindo como órgãos de prestao de serviços constantes a emigrantes, dentro e fora do país, disposto a atender a todos os serviços relativos à emigrao.

Segundo dados colhidos na Associao Agro Cultural e Esportiva Guatapar, (AACEG) a JAMIC optou pela região de Ribeirão Preto para estabelecer um novo núcleo de colonizao porque já havia conhecimento sobre a Fazenda Guatapar ter recebido grande número de imigrantes japoneses de 1908 até 1923 para o trabalho na colheita do café e que devido às epidemias de malária e outras doenças se deslocaram para outras localidades: Cotia, Motuca e Cafelândia.

As características da área de várzea do Rio Mogi-Guaçu muito se assemelham às áreas de rizicultura no Japão, portanto foi pensado no desenvolvimento desta cultura após a Segunda Guerra Mundial. O plano de colonizao de Guatapar partiu de uma Federao de Cooperativa japonesa, mas a implantao foi transferida  JAMIC, pois já possuía *know*

how na administração de algumas colônias e equipamentos especializados nas execuções. Para desenvolver o projeto de melhoramento do solo, técnicos do Japão foram convocados para implantar uma tecnologia própria japonesa, destinada à cultura do arroz, laranja e cereais como o milho e o feijão. A propriedade de “Mombuca” foi subdividida em lotes a serem adquiridos pelos imigrantes seguindo classificação de acordo com a finalidade de cultivo e tipo de solo, somando 1236 lotes:350 lotes na região cerealista;270 lotes na região laranjal;312 lotes na várzea;249 lotes na região residencial;55 lotes outras localidades.

A Fazenda Guatapar foi escolhida pela localizao ideal para o empreendimento, a mesma possuía 15 mil hectares de terra, em seu período áureo chegando a produzir 300 mil sacas de café com 2,11 milhões de ps de café plantados; a região era suprida por estrada de ferro e os grãos eram transportados ao local de secagem por via fluvial através de um sistema de canaletas em alvenaria que aproveitavam o declive do terreno.

O ideal da Colônia Guatapar, exigia não somente o controle das enchentes fluviais, mas a construo de mecanismos de irrigao e o combate à seca e  malária e também a criao de um modelo de manejo intensivo e permanente, passou a atrair os esforços de diversos técnicos e especialistas em agronomia e engenharia florestal. A concepo original da Colônia Guatapar foi se espalhando para outras direoes, e o esforço daqueles que lutaram pelo seu ideal enfim deu seus primeiros frutos: em janeiro de 1964, a colônia foi inaugurada com a presença do presidente Juscelino Kubitschek (PADILHA, 1989)

4 | A RELAO ENTRE AS DUAS FRENTES MIGRATÓRIAS 1908-1962

Ao longo do levantamento de dados históricos, geográficos, relatos, fotografias sobre a imigrao japonesa na Fazenda Guatapar, nos municípios de Ribeirão Preto, Araraquara, Motuca e outras cidades nos arredores foi possível elencar vários indícios da existência de uma colônia de moradores nas terras onde se localiza hoje, o núcleo.

Na obra de Masao Daigo, que apresenta a biografia de Umpei Hirano e sua trajetória desde a partida do Japão rumo ao Brasil sob a responsabilidade de interpretar a língua portuguesa aos recém-chegados orientais, há um trecho que faz meno a um lugar chamado “Mombuca” (DAIGO, 1988, pg. 65):

As atividades produtivas da fazenda estavam distribuídas pelas áreas destinadas à cultura da mandioca, conhecidas como “mombuca”, pelos canaviais e pelas destilrias de aguardente, anexas a ambas. Entretanto, apesar do título de subgerente que era atribuído a Unpei, na verdade, o único contingente que, no momento, ele liderava, era formado pelos japoneses remanescentes, agora reduzidos a cerca de cinqunta pessoas.

Sobre a Colônia Tomizaki, nome dado  fileira de casas próximas ao Engenho ou Casa das Laranjas, somente relatos orais sobre a existência de onde foram instalados os primeiros japoneses vindos em 1908. Os relatos de Tomoo Handa sobre a proximidade da várzea onde plantavam arroz, e até chegaram a contrair malária, sugerem ser próxima ao Rio Mogi-Guaçu e sua grande várzea.

A Mombuca era apenas um assentamento de apoio às atividades majoritariamente agrícolas da Fazenda Guatapar. A unidade isolada era composta de duas colnias em sequência, paralelas a um córrego, com um recuo, em leve declive, de mais ou menos

cinquenta metros. A primeira era de tábuas, próxima da represa que se formara devido à construção da ponte da estrada de ferro, particularidade patrimonial da fazenda. A segunda, em linha continuada, era constituída de moradias geminadas e de alvenaria, cobertas com telhas de argila, mas com o piso em terra batida, totalmente sem qualquer tipo de revestimento em nenhum dos cômodos, segundo relatos de Laudir Vicente da Silva, já falecido, em um documento de 288 páginas redigidas sobre sua trajetória de vida¹, a qual relata a sua primeira infância em uma dessas casas da colônia. Sr. Laudir, nasceu em 1939 nesta colônia. Os relatos desse senhor vão ao encontro com os relatos de moradores da Fazenda Guatapará quanto ao fato da existência de famílias e o trabalho com agricultura na região denominada Mombuca.

Para entender toda a questão que envolve a ocupação do território denominado Mombuca em Guatapará, foi necessário buscar o significado do termo, na entomologia. *Mombuca* significa um grupo de diferentes espécies de abelhas indígenas da subfamília dos Meliponíneos, variedade de abelhas melipodídeas que depositam o mel em cabaças e não em favos. A *Geotrigona mombuca* é uma abelha social, mansa, popularmente conhecida como Guira. É uma espécie que constrói ninhos subterrâneos, provavelmente ocupando painéis de antigos saueiros. A abelha Guira é encontrada em áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, portanto, chega-se à conclusão que o nome da região foi dado em função da grande quantidade de abelhas desta espécie nesta região de cerrado.

Entende-se, portanto, a não presença de cafezais nesta área em razão do solo pobre, sendo apenas cultivado a mandioca como já mencionado anteriormente.

O documento evidencia de forma clara como era a vida na seção Mombuca, descrevendo como era o percurso que fazia a ligação entre a estação Vila Albertina² próxima à Colônia Tomizaki³, a várzea e o cerrado:

“O trenzinho, como era carinhosamente chamado o comboio, entre outras funções, como o recolhimento das sacas das colheitas em épocas adequadas ao longo do ano, transportava para um ponto estratégico, nas proximidades do varjão, os bóias-frias das colônias da sede e do assentamento de apoio da Mombuca, montado a nove quilômetros do núcleo principal e próximo das diversas plantações. Reiterando, o café era o forte do sistema, plantado na parte mais elevada e de terra essencialmente vermelha, apropriada para tal tipo de cultivo”.

Através da leitura de um mapa do município de Ribeirão Preto sem data elaborado pelo Departamento Geográfico e Geológico (1935-1938) do Núcleo Curadoria do Acervo Histórico, Centro Museu Geológico do Instituto de mesmo nome vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, foi possível identificar um conjunto de casas no local denominado “Mombuca”, a ligação por um ramal férreo pertencente à Fazenda Guatapará, interligando a possível plantação de mandioca e a fábrica de farinha de mandioca.

1. A pesquisadora teve acesso a este documento por meio da pesquisadora Lilian Almeida a qual tinha contato pessoal com Laudir Vicente da Silva. A intenção do autor desse documento era que o mesmo fosse publicado como livro, contando algumas de suas memórias de sua trajetória de vida. O documento intitulado, “A trajetória de Vida – Pedro Mombuca” conta vários relatos que coincidem com as hipóteses desta pesquisa.
2. Estação ferroviária no interior da propriedade que levava o nome da esposa de Martinico Prado, a mesma era próxima ao conjunto de casas onde se concentrava a maioria dos japoneses da primeira imigração.
3. Denominação do conjunto de casas onde foram instalados os japoneses da primeira imigração.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A duas imigrações ocorridas, sendo a primeira ocorrida entre 1908 a 1923 e a segunda ocorrida no pós Segunda Guerra a partir de 1962 eram consideradas pelos imigrantes da última como sendo independentes, tratando-se apenas de uma coincidência. De fato, não existe qualquer ligação familiar entre as famílias das duas frentes, enquanto alguns descendentes dos primeiros imigrantes formaram outros núcleos coloniais fora do território em estudo, poucos deles permaneceram, apenas três partiram para a fundação da Vila Guataparará, o novo distrito instalado à beira do Rio Mogi e no entroncamento das duas linhas férreas, Paulista e Mogiana, conhecido como porto. Já o território denominado Mombuca, tendo um solo pobre devido às suas características de mata de transição (Cerrado e Mata Atlântica), logo após a decadência da produção cafeeira, era considerada uma área de pouco valor agrícola e também por ser composta de grande área de várzea inundada, potencial causador da malária, no máximo atendia como uma zona periférica de plantio de mandioca e outros subprodutos da propriedade agrícola.

Além da resiliência, característica do povo japonês, o domínio de técnicas agrícola fez com que a instalação do Núcleo Colonial, desse continuidade às características e a vocação do município de Guataparará, que até hoje tem sua base econômica a produção de raiz-de-lótus nos lotes marginais ao Rio Mogi-Guaçu por sistema de irrigação e drenagem por canais, obra idealizada pela frente imigratória do pós-guerra.

A Fazenda Guataparará carregava por suas canaletas de alvenaria, aproveitando o relevo, as cerejas de café até a casa de beneficiamento até o fim da prática do cultivo do café, e após sua decadência e falência da propriedade agrícola, e hoje se mantém economicamente pelos canais de irrigação e drenagem idealizados pelo povo japonês

REFERÊNCIAS

100 anos da Imigração Japonesa. (2008). *100 anos da imigração japonesa*. Acesso em 16 de novembro de 2018, disponível em <http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/greetings.html>

Associação Agro-Cultural e Esportiva de Guataparará. (2017). *Livro Comemorativo 50º Aniversário da Colônia Guataparará*. Guataparará: Mil Folhas.

DAIGO, M. (1988). *A mata das Ilusões*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva.

HAKKOSHIA, N. (s.d de s.d de s.d). *História da Imigração - As razões do Brasil, os motivos do Japão*. Acesso em 21 de Maio de 2019, disponível em Imigração Japonesa: museus, história e Depoimentos: <http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-1/>

HANDA, T. (1987). *O imigrante japonês - História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz.

HOMMA, A. K. (2016). *A IMIGRAÇÃO JAPONESA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMAZÔNIA: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília, Distrito Federal: EMBRAPA.

LEVI, M. S. (1974). O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, 49-90.

NOGUEIRA, A. R. (1973). *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 - 1922)*. São Paulo: IEB/USP.

PADILHA, D. L. (1989). *CAC, cooperativismo que deu certo*. São Paulo: Cooperativa Agrícola de Cotia, Cooperativa Central.

PRADO, M. L. (1944). *IN MEMORIAM Martinho Prado Júnior: 1843-1943*. São Paulo: Elvino Pocai.

ROSARIO, D. C. (junho de 1998). Iniciação Científica. *Inventário Arquitetônico do Município de Guataparã*. Ribeirão Preto, São Paulo: Universidade Paulista - UNIP.

SILVA, L. V. (s.d.). *A trajetória de Vida - Pedro Mombuca*. 288. Guataparã, São Paulo.

TOYAMA, O. (2009). *Cem anos de águas corridas da comunidade japonesa*. São Paulo: AGWM.

VISÃO. (19 de Janeiro de 1962). *Guataparã será colônia piloto. Guataparã será colônia piloto*.

ÍNDICE

A

Acervo Histórico 1, 142
Aerofotogrametria 1, 4, 7, 9, 10

B

Bíblia 40, 42, 44, 46, 47, 48

C

Capital Simbólico 52, 106
Cartografia 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15
Cibercultura 49, 50, 51, 52, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110
Ciberespaço 49, 50, 99, 102, 105, 106, 110
Cidades Sustentáveis 53, 56, 57, 60, 62, 63, 67, 70, 71, 72
Circularidade 74, 75, 78, 80, 84
Consumo 52, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 114, 116, 136, 137, 177, 179
Criança Kaiowá 74, 84

D

Daniel Faria 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48
Desenvolvimento Local 63, 111, 113, 118, 120

E

Economia Solidária 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 180, 183
Educação 31, 39, 52, 59, 61, 66, 69, 84, 97, 98, 105, 115, 122, 150, 154, 171, 172, 194, 196, 209
Educação Online 97, 98, 101, 104, 105
Estado 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 24, 29, 34, 61, 71, 74, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 115, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 149, 154, 171, 176, 183, 194, 197, 206

F

Fogo Doméstico 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84

G

Geoprocessamento 1, 7, 14

I

Indústria Fonográfica 16, 18, 26
Interatividade 49, 50, 51, 97, 98, 99, 102, 104

J

João Pessoa 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 111, 113, 115, 117, 121, 122

L

Laranjeira Nãnderu 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84

M

Master Nerd 49, 51

Mídias Digitais 97, 98, 101, 106

Mística 40, 42

Mulher 20, 21, 23, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 111, 113, 116, 117, 118, 121, 166, 171, 189

Música Sertaneja 16, 17, 18, 25, 26, 27

N

Nerd 49, 50, 51, 52

O

Ods 53, 54, 56, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72

P

Poesia 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 198

Política Indigenista 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39

Políticas Públicas 54, 73, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 146, 148, 149, 150, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183

Produção de Sentidos 97

Produtores Culturais 106

Projeto 1, 4, 9, 31, 32, 36, 37, 38, 57, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 115, 116, 141, 173, 183, 184, 189, 195, 197, 198, 206

Protagonismo Indígena 28, 29, 30, 31, 35, 36, 38

R

Relações 4, 28, 29, 30, 40, 41, 49, 61, 69, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 98, 99, 102, 113, 115, 119, 120, 129, 133, 138, 140, 154, 160, 166, 171, 176, 177, 180, 194, 200

Representação 4, 5, 16, 18, 21, 26, 30, 50, 159, 172, 175, 195, 196, 199, 200, 203, 207

S

Sensoriamento Remoto 1, 6, 8, 10, 14

Sustentabilidade 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 113, 114, 116, 180

T

Terra 5, 6, 7, 18, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 54, 55, 58, 59, 65, 68, 69, 72, 75, 83, 84, 101, 105, 126, 128, 141, 142, 151, 155, 161, 165, 170, 175, 177, 178, 182

Tião Carreiro e Pardino 16, 17, 19, 24, 25, 26

V

Valorização da Mulher 111

Vida Rural 16, 18


SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 